

NOTAS SOBRE UMA POLÍTICA INTERNA AMERICANA PÓS-LIBERAL¹

Madalena Meyer Resende | Diana Soller

INTRODUÇÃO

O EXTREMISMO EM DEFESA DA LIBERDADE NÃO É UM VÍCIO.

A MODERAÇÃO NA BUSCA DA JUSTIÇA NÃO É UMA VIRTUDE.

Barry Goldwater, discurso em campanha eleitoral, 1964²

O REFERENDO INVISÍVEL É A ESSÊNCIA DO CONTRATO SOCIAL OCIDENTAL.

Edward Luce, *The retreat of Western Liberalism*, 2017³

Não restam grandes dúvidas de que os Estados Unidos da América (EUA) atravessam mudanças profundas. A história, porém, é antiga e uma das maiores dificuldades metodológicas reside, justamente, em determinar o seu início. Esta é a terceira vez, ao longo de duzentos e cinquenta anos, que a América se encontra num estado de polarização profunda. Na década de 1860, tal impasse só foi ultrapassado através de uma transformação significativa do Partido Republicano e de uma guerra civil (Richardson, 2013, pp. 18-44; Schlozman & Rosenfeld, 2024, pp. 64-66). A polarização atual tem, contudo, uma particularidade que a distingue das anteriores: as forças político-ideológicas que hoje disputam o controlo dos

RESUMO

Este artigo analisa a transformação da ideologia política norte-americana no pós-Guerra Fria, argumentando que a polarização atual resulta da erosão do centro liberal e da radicalização simultânea da esquerda e da direita. Situa esta crise no contexto do triunfalismo do «fim da história», que impulsionou a expansão do liberalismo internacionalista, visível na globalização, na promoção da democracia e nas intervenções militares. Mostra ainda como a contestação externa coincidiu com uma crise interna agravada pela crise de 2008, pela desconfiança nas elites e pela percepção de declínio. Defende que esquerda e direita radicais se reforçam mutuamente: à esquerda, emerge uma política centrada em vítima e opressor; à direita, uma coligação pós-liberal, nacionalista e cristã, associada ao trumpismo, cuja reeleição em 2024 sinaliza uma mudança profunda. O artigo conclui que o liberalismo americano perdeu a centralidade que teve durante grande parte do século XX.

Palavras-chave: crise ideológica, liberalismo americano, internacionalismo liberal, trumpismo.



ABSTRACT

NOTES ON A POST-LIBERAL AMERICAN DOMESTIC POLITICS

This article examines the transformation of American political ideology since the end of the Cold War, arguing that the current polarization is the result of the erosion of the liberal center and the simultaneous radicalization of the left and right. The article situates this crisis within the context of triumphalism following the 'end of history', which fueled the expansion of liberal internationalism through economic globalization, the promotion of democracy, and military interventions. The article also demonstrates how external challenges coincided with an internal crisis exacerbated by the 2008 financial crisis, distrust of elites, and the perception of decline. The article posits that the radical left and right reinforce each other. On the left, a politics centered on victims and oppressors emerges. On the right, a post-liberal, nationalist, and Christian coalition associated with Trumpism emerges. Trump's potential reelection in 2024 signals a deeper transformation. The article concludes that American liberalism has lost the central position it held for much of the twentieth century.

Keywords: ideological crisis, American liberalism, liberal internationalism, Trumpism.

EUA – a direita reacionária e a esquerda radical – são ambas antiliberais. Cada uma encara a outra como um inimigo existencial que tem de ser combatido até à derrota total, enquanto se esforça por destruir o centro político (Mason, 2018, p. 100). Este elemento marca uma rutura com as polarizações do passado. Afinal, os EUA são os autores da primeira revolução liberal da história, e esse pioneirismo patriótico, bem como o orgulho na sua Constituição e, mais tarde, no nacionalismo cívico (Goldman, 2021, p. 64), garantiram que, com os devidos desvios, existisse um consenso bipartidário, com apoio popular, em torno de um *corpus* de ideias (Mead, 2002, p. 57) – o liberalismo – que evoluiu ao longo dos anos, mas se manteve dominante, com percalços e ajustes, até aos anos 2010 (Mounk, 2023, p. 89).

A pergunta orientadora deste artigo poderia ser: a que se deve esta mudança? Provavelmente, porém, a resposta resultaria vaga. Há acontecimentos dotados de uma dinâmica própria, que transformam as sociedades antes mesmo de estas se aperceberem do processo em curso – veja-se, a este respeito, o testemunho de Stefan Zweig nos primeiros capítulos da sua autobiografia (Zweig, 2014). Acresce que as causas profundas dificilmente caberiam nos limites de um artigo desta dimensão. As autoras entenderam, por isso, ser mais pertinente formular outras duas interrogações: *como se está a processar esta polarização à esquerda e à direita?*, e *estarão estes processos relacionados?*

Fazemo-lo em três secções. A primeira secção tem um carácter teórico-histórico. O liberalismo americano desintegrou-se e não voltará a ser o que era, caso alguma vez

venha a ser novamente a ideologia dominante no país (Gray, 2024, p. 3; Kaplan, 2025, pp. 90-95). Aqui, analisam-se as razões para este colapso e o espaço ideológico resultante, prontamente preenchido por novas ideias que se foram desenvolvendo de forma relativamente discreta (Lukianoff & Schlott, 2023, p. 13). Paradoxalmente, argumenta-se que o início do fim ocorreu no momento do maior triunfo americano: a tese do «fim da história» de Francis Fukuyama (1999), abraçada acriticamente pelas elites ocidentais, legitimou uma radicalização do liberalismo internacionalista, ou seja, o «neowilsonianismo» (Smith, 2017, p. 238). Esta agenda ignorou três alternativas civilizacionais já visíveis no início dos anos 1990: o «Asian Way of Life» (Mahbubani, 2002), o ressurgimento do nacionalismo e o reacionarismo religioso (Walzer, 2015). A globalização

económica e a «exportação da democracia» à força, sobretudo após a invasão do Iraque em 2003, abalaram alianças tradicionais e puseram termo ao mito da «potência benigna» (Porter, 2020). Os sinais externos de rutura – o discurso de Putin em Munique, em 2007; a Guerra Russo-Georgiana, em 2008; e a «parceria sem limites» sino-russa, em 2022 – anunciaram, à maneira de uma crónica anunciada, uma morte que se procurou ignorar por demasiado tempo (cf. Luce, 2017).

A segunda secção desloca o foco para o interior, demonstrando como a contestação externa da ordem liberal encontrou um terreno doméstico já fragilizado, exposto pela crise do *subprime* em 2008 e pela percepção generalizada de uma «elite de gestores» que enriqueceu enquanto a maioria empobrecia (Lind, 2020; Sandel, 2021). Neste ensaio defendemos que as radicalizações de esquerda e de direita são gêmeas separadas à nascença, com raízes comuns no Maio de 68 (Tenorio, 2023), alimentando-se mutuamente num «namoro radical». A esquerda hiperliberal (Gray, 2024), sem rosto nem líderes declarados, herdou do pós-modernismo francês e do pós-colonialismo de Said o léxico da «vítima» e do «opressor», convertendo o liberalismo cívico num autoritarismo moral que abdica da igualdade. A direita radical, latente desde os anos 1960-1970, mas contida durante a era Reagan, ressurgiu na década de 1990 com o «Contrato com a América» de Gingrich, prolongou-se no movimento Tea Party (Skocpol & Williamson, 2013) e abriu caminho ao populismo de Trump. Em ambos os casos, pesaram a mudança demográfica e o declínio relativo dos EUA no sistema internacional (Pape et al., 2024; Turchin, 2024).

A terceira secção concentra-se em Donald Trump enquanto primeiro presidente pós-liberal da América. Distingue-se, desde logo, o populismo do carisma weberiano, demonstrando como ambos se conjugaram numa candidatura em 2016 (Turchin, 2024). Apesar do choque de 6 de janeiro de 2021 (Pape, 2023), argumenta-se que o primeiro mandato não trouxe mudanças estruturais e recupera-se a linhagem que liga Trump a Barry Goldwater e a Pat Buchanan (Buchanan, 2001; Field, 2025). Concluímos, contudo, que a verdadeira rutura ocorre em 2024, com a emergência de uma nova coligação de apoiantes unidos pela repulsa da esquerda liberal e por um sentimento anti-imigração. Esta coligação ambiciona uma mudança institucional, política e até constitucional, inspirada no modelo húngaro de Viktor Orbán, que devolva os EUA a um horizonte pré-liberal de «unidades naturais»: a família, a comunidade, a nação e a religião, mesmo que para tal seja necessário reescrever o legado liberal dos Pais Fundadores.

AS CONTRADIÇÕES E EXCESSOS LIBERAIS: CRÓNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA?

Não deixa de ser contraintuitivo que o início do fim do liberalismo, tal como o conhecemos, se situe precisamente após o triunfo na Guerra Fria e no auge do poder norte-americano. A tese do «fim da história», de Francis Fukuyama, marcou profundamente a geração de intelectuais e decisores americanos do pós-Guerra Fria, ao parecer anunciar uma nova era dominada pela expansão da democracia liberal e da economia de

mercado. Hoje, porém, reconhece-se que Fukuyama foi amplamente mal compreendido. O seu argumento não era propriamente um programa de ação, mas uma leitura filosófica, de inspiração hegeliana, de uma realidade histórica inédita: depois da derrota do nazismo e do colapso do comunismo, a democracia liberal surgia como a única ideologia do progresso ainda disponível, convertendo-se no novo *gold standard* da política interna e internacional (Fukuyama, 1992).

Concluímos que os intelectuais e decisores políticos do pós-Guerra Fria deixaram por considerar dois fatores cruciais, e que esta lacuna ajudou a abrir caminho à radicalização política (Mead, 2008, p. 14). O primeiro foi o vazio ideológico criado pelo colapso da União Soviética. Dezenas de Estados e milhões de indivíduos, que durante décadas tinham gravitado em torno de Moscovo, ficaram subitamente privados de uma liderança internacional alternativa. Isso, porém, não significou que estivessem dispostos a abandonar o antiamericanismo cultivado ao longo de quatro décadas. Muitos desses regimes adotaram «democracias de fachada» (Collier, 2009, p. 11), em parte para se protegerem da influência de um Ocidente então dotado de poder incontornável (cf. Ikenberry et al., 2009, pp. 1-27). Mas essa adaptação institucional não eliminou o ressentimento em relação aos EUA e aos seus aliados. A Rússia constitui o exemplo mais evidente desse processo: depois de um breve período de aproximação ao Ocidente e de uma transição falhada para a democracia

O OTIMISMO DO MOMENTO UNIPOLAR ENCOBRIU SINAIS DE RESISTÊNCIA, RESENTIMENTO E REORGANIZAÇÃO IDEOLÓGICA A QUE SE DEVERIA TER PRESTADO ATENÇÃO MUITO MAIS CEDO.

e para a economia de mercado, o antiamericanismo regressou em força, tanto entre as elites como junto da população, tornando-se um elemento estruturante da sua política contemporânea (Ostrovsky, 2017, p. 235). Ignorar este efeito secundário da

ascensão norte-americana foi, por isso, um erro central. O otimismo do momento unipolar encobriu sinais de resistência, de ressentimento e de reorganização ideológica a que se deveria ter prestado atenção muito mais cedo.

Em segundo lugar, ao contrário do que Fukuyama previu, estavam disponíveis, pelo menos, três alternativas de reorganização social e política, todas elas enunciadas pouco depois do fim da Guerra Fria. Em primeiro lugar, a reivindicação de um «Asian Way of Life», descrito por Kishore Mahbubani, que retinha o que de mais conveniente havia na ordem ocidental, enquanto preservava cuidadosamente os valores culturais asiáticos (cf. Mahbubani, 2002). Em segundo lugar, ignorou-se o ressurgimento do nacionalismo, que foi manifestado de imediato na autodeterminação das repúblicas soviéticas e nas guerras civis que eclodiram assim que as ideologias do progresso deixaram de conter as rivalidades nacionais (Jowitt 1992, p. 315)⁴.

O terceiro foi o reacionarismo religioso analisado por Michael Walzer. Segundo o autor, vários movimentos de libertação que, no pós-Segunda Guerra Mundial, tinham alcançado os seus objetivos sob lideranças nacionalistas e progressistas, viram-se, cerca de

três décadas depois, «desafiados por movimentos religiosos militantes» empenhados em restaurar formas tradicionais de autoridade e pertença (Walzer, 2015, p. xii). Este padrão verificou-se em contextos tão distintos como a Argélia, Israel e a Índia. Quando os guardiões das revoluções foram substituídos por novas gerações, a tendência foi, em muitos casos, o regresso a estruturas tradicionais de identidade, religião e comunidade (Buzan & Lawson, 2015, p. 100).

O mundo de Fukuyama nunca existiu, mas foi abraçado quase acriticamente pelas elites ocidentais, que passaram a considerá-lo uma inevitabilidade histórica. Como Edward Luce observou, «foi notavelmente arrogante acreditar que o resto do mundo adotaria passivamente o nosso guião» (Luce, 2017, pp. 4 e 9)⁵. Num momento em que os EUA não possuíam uma estratégia clara para o período pós-Guerra Fria, os textos de Fukuyama forneciam a resposta simples de que necessitavam e, mais do que isso, legitimavam usos do liberalismo que, até então, tinham sido contidos pela ameaça soviética. Em conjugação com o triunfalismo do período pós-Guerra Fria e com a singularidade do poder norte-americano, esses textos deram origem à radicalização do liberalismo internacionalista que dominou a década de 1990 e o início da década de 2000.

Esta radicalização é habitualmente designada por «neowilsonianismo» (Smith, 2017, p. 238). No essencial, consistia na difusão ativa dos valores norte-americanos através de diferentes instrumentos políticos, institucionais e, quando necessário, militares – isto é, numa tentativa deliberada de acelerar o «fim da história». As suas manifestações mais benignas incluíram a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla inglesa) aos países do antigo Pacto de Varsóvia e a reorientação das organizações internacionais para agendas de promoção da democracia (Paris, 2004, p. 15). Mas o impulso neowilsonianiano foi bastante mais longe. As Nações Unidas foram pressionadas a colocar o indivíduo no centro do direito internacional público, abrindo caminho, através da «Responsabilidade de Proteger», a uma agenda intervencionista marcada por fortes ambiguidades e incongruências (Kagan, 2008). A soberania deixou, assim, de ser entendida como princípio absoluto e passou a depender, pelo menos em parte, do comportamento dos líderes políticos. O conceito de «agressão» tornou-se mais difuso, e os EUA, acompanhados por alguns dos seus aliados, passaram a «exportar a democracia» por múltiplos meios, incluindo pela força (Porter, 2020, pp. 21, 33). Aquilo que Washington apresentava como defesa da justiça internacional era visto, por muitos Estados, como uma ameaça permanente à sua soberania – ou mesmo como o regresso de um imperialismo que talvez nunca tivesse desaparecido (cf. Desch, 2008). A ordem liberal global funcionava bem para quem dela fazia parte; para quem permanecia fora dela, surgia frequentemente como hipocrisia organizada à escala internacional (Hurrell, 2008, p. 58).

A globalização económica, implementada com idêntico zelo ideológico, agravou o problema. O sonho liberal de um mundo sem fronteiras traduziu-se num impulso

persistente de liberalização, com base em duas teorias: a da interdependência econômica, segundo a qual a interligação das economias entre os Estados reduziria o risco de confronto entre estes, e a da modernização liberal, segundo a qual qualquer autocracia em crescimento acabaria por gerar uma classe média que exigiria liberdades. As autocracias que aderissem à corrente do «fim da história» não teriam outra opção senão tornar-se democracias. Como Luce argumentou, «o progresso moral da humanidade não pode ser resolvido. A História não tem um fim» (Luce, 2017, p. 11). Mas houve ilusão que podia.

Os primeiros sinais da crise do liberalismo americano vieram do exterior. O 11 de Setembro revelou, de forma brutal, a intensidade do ódio dirigido aos EUA e ao seu

OS PRIMEIROS SINAIS DA CRISE DO LIBERALISMO AMERICANO VIERAM DO EXTERIOR. O 11 DE SETEMBRO REVELOU, DE FORMA BRUTAL, A INTENSIDADE DO ÓDIO DIRIGIDO AOS EUA E AO SEU MODO DE VIDA.

modo de vida. Num primeiro momento, a resposta no Afeganistão – país que dera abrigo à Al-Qaeda – ainda podia ser interpretada como uma reação defensiva compreensível. A verdadeira rutura ocorreu com a invasão do Iraque, em 2003, justificada em nome da «democratização» do Médio

Oriente. Para além dos seus resultados manifestamente negativos, a intervenção teve efeitos políticos duradouros: fraturou alianças tradicionais, abalou a imagem dos EUA como «potência benigna» e comprometeu o mito do universalismo liberal. A convicção de que a democracia podia ser transplantada para qualquer sociedade, independentemente da sua história, cultura ou estrutura política, levou vários Estados a interpretar a política externa americana não como promoção da liberdade, mas como imposição hegemónica. A partir daí, a reação contra a «hegemonia americana» deixou de ser marginal e tornou-se parte central da contestação à ordem liberal.

A rutura com o sistema unipolar tornou-se ainda mais visível em 2007, com o discurso de Vladimir Putin na Conferência de Segurança de Munique, no qual este rejeitou frontalmente a «hegemonia ocidental». A esse momento seguiu-se, em 2008, o aprofundamento da aproximação sino-russa e a Guerra Russo-Georgiana, anunciada simbolicamente quando George W. Bush e Putin se encontravam em Pequim, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos.

Quase quinze anos depois, a 4 de fevereiro de 2022, o ciclo pareceu fechar-se com a declaração de uma «parceria sem limites» entre Moscovo e Pequim. Duas semanas mais tarde, a Rússia invadia a Ucrânia. A morte do liberalismo internacionalista, se é que se lhe pode atribuir o estatuto de morte, foi anunciada muito antes de se consumir, mas o anúncio não foi ouvido durante demasiado tempo. No entanto, o que vinha do exterior encontrou dentro de portas um terreno já fragilizado. Em paralelo com a contestação externa à ordem liberal, o próprio Ocidente, e em particular os EUA, iniciava um processo silencioso de desagregação interna, cuja manifestação mais visível seria a radicalização simétrica da esquerda e da direita.

O NAMORO RADICAL: HIPERLIBERAIS E PÓS-LIBERAIS

Enquanto o mundo não liberal se opunha ao liberalismo internacionalista de origem norte-americana (cf. Hurrell, 2008), o próprio Ocidente iniciava um processo de desagregação (cf. Mead, 2007). A crise do subprime, em 2008, foi o contexto conjuntural que levou os americanos a perceberem o Estado e a sua organização económica de forma radicalmente diferente. Como ficou evidente nos protestos da época, ganhou força à esquerda como à direita a ideia de que uma minoria – a chamada «elite dos gestores» (Lind, 2020, p. xiv) – tinha enriquecido de forma escandalosa nas últimas décadas, enquanto a maioria ia empobrecendo desde os anos 1970, perdia o emprego e, em muitos casos, as suas casas (cf. Sandel, 2021). Esta situação propiciou a radicalização nos dois extremos.

Como foi referido na Introdução, os radicalismos de direita e de esquerda são como gémeos separados à nascença, com raízes comuns no Maio de 68 (Tenorio, 2023). A esquerda radical norte-americana, hoje dominante na política democrata, é uma esquerda estranhamente invisível: sem rosto, sem líderes, sem defensores declarados. Soube tirar partido daqueles que vê como os mais frágeis da sociedade americana, convertendo o «liberalismo cívico» que vinha definindo os EUA desde o apaziguamento dos protestos dos anos 1960 e 1970 numa espécie de autoritarismo moral: um autoritarismo que abdica da igualdade, bandeira historicamente mais querida à esquerda do que à direita. Este grupo, a que John Gray chamou «hiperliberais» (Gray, 2024, p. 54), foi beber à literatura pós-moderna dos anos 1970 a inspiração para colocar os «marginalizados» e os «oprimidos» no centro da sua política⁶.

No âmago desta reflexão está a convicção de que o Ocidente desenvolveu «metanarrativas» que legitimam o poder dominante e que é necessário desconstruir, para que cada ser humano possa reivindicar a sua experiência singular – e daí a atenção dedicada ao que Foucault designou por «franjas»: os desajustados, os dissidentes, os excluídos. Dada a questão endémica do racismo nos EUA, as preocupações destes estudiosos incidiram inicialmente nas minorias étnicas, em especial os afro-americanos, que, desde o fim da segregação, foram excluídos ainda que sob o manto do «politicamente correto» (cf. Hochschild, 2016).

O quadro teórico foi alargado pelo pós-colonialismo de Edward Said, que acusou os poderes vigentes de «reproduzirem» a colonização mesmo após esta ter virtualmente desaparecido (Said, 1978). Esta acusação foi extensível aos antigos colonizados, imigrantes ou seus descendentes nas sociedades ocidentais. Para Said, e para os que o seguiram, o verdadeiro progresso implicava edificar uma nova sociedade em que estas minorias viveriam em igualdade, mesmo que o preço fosse demolir as bases herdadas e reconstruí-las à custa de novos excluídos: os «opressores do passado».

Estas teses ganharam novo impulso na década de 1990, alimentadas por dois fatores convergentes: o fim da Guerra Fria e a ilusão de que a classe trabalhadora teria superado a sua condição histórica, integrando-se definitivamente na classe média (Fukuyama, 2018, p. 4)⁷. O fenómeno, porém, era mais vasto. Pesaram sobretudo duas transforma-

ções. A primeira foi a mudança demográfica em curso, que deu azo à profecia de que a maioria branca se tornaria numa minoria. A segunda foi a emergência em 1994, à direita, do «Contract with America», de Newt Gingrich, com um programa concebido para preservar o *status quo* social de um eleitorado republicano em mutação: menos WASP, mais ressentido, socialmente vulnerável e cada vez mais recetivo a novas formas de nacionalismo branco.

A partir dos anos 2010, o movimento de polarização à esquerda tornou-se incontornável (Mounk, 2023). Do «politicamente correto» passou-se a uma transformação mais ampla da linguagem e, por essa via, dos próprios costumes. A mudança foi gradual e insidiosa: não resultou de reformas legais, nem impôs formalmente novos comportamentos. Ope-rou antes como uma espécie de revolta silenciosa dos intelectuais contra a hegemonia cultural estabelecida, num movimento que poderia ser descrito em termos gramscianos. Até que, quase sem se dar por isso, se consolidou um domínio linguístico que, como observa Gray, «se pode tornar totalitário a qualquer momento» (Gray, 2024, p. 37). A oposição entre «vítimas» e «opressores» banalizou-se ao ponto de reconfigurar o espaço público como arena de conflito permanente entre grupos rivais. Cada identidade coletiva passou a reclamar reconhecimento, reparação e poder, contribuindo para uma nova guerra de todos contra todos, agora travada em nome de pertenças autoinstituídas.

Neste contexto, a civilização liberal, fundada no exercício quotidiano da tolerância, no pluralismo e na liberdade de expressão, parece ter perdido grande parte da sua força

OS DOIS EXTREMISMOS DETESTAM-SE,
MAS DEPENDEM UM DO OUTRO: ALIMENTAM-SE
DAS CRÍTICAS RECÍPROCAS, DO MEDO
DA DERROTA E DA CONVICÇÃO DE QUE A VITÓRIA
DO ADVERSÁRIO CONDUZIRÁ INEVITAVELMENTE
AO APOCALIPSE POLÍTICO, MORAL
OU CIVILIZACIONAL.

normativa. Se Gray tem razão ao afirmar que ela é já «um capítulo encerrado» (*Ibidem*, p. 3), então os liberais americanos – democratas ou republicanos – sobrevivem hoje como uma minoria cada vez mais comprimida entre duas formas rivais de antiliberalismo. A esquerda radical norte-americana dificilmente teria encontrado terreno tão fértil se, em sentido oposto, não se tivesse

formado um movimento de carácter igualmente radical. Os dois extremismos detestam-se, mas dependem um do outro: alimentam-se das críticas recíprocas, do medo da derrota e da convicção de que a vitória do adversário conduzirá inevitavelmente ao apocalipse político, moral ou civilizacional.

Assim como a esquerda radical ganhou forma nas décadas de 1960 e 1970, também nesse período emergiu uma direita conservadora radical, em reação ao movimento dos direitos civis, à revolução sexual e à nova esquerda (cf. Stewart, 2021). Tratava-se de um conjunto heterogéneo de grupos então marginais – alguns de inspiração religiosa, outros de orientação mais laica e política –, que se atribuíram uma missão contrarrevolucionária: não apenas travar a esquerda radical, mas reconstruir a ordem americana em torno de maior disciplina moral, autoridade social e princípios cristãos.

Estes grupos permaneceram, porém, alheios aos americanos durante os anos 1970 e 1980, marcados por estabilidade política e prosperidade econômica, e à margem da corrente principal de um Partido Republicano que parecia ter encontrado em Ronald Reagan o seu líder ideal – moralizado o suficiente para os radicais e os populistas, liberal-conservador o suficiente para os moderados⁸. A inflexão deu-se nos anos 1990, em diálogo direto com a radicalização à esquerda e em reação à mesma mudança demográfica: o Tea Party (cf. Skocpol & Williamson, 2013) prolongou Gingrich e abriu caminho ao populismo de Donald Trump, que arrebatou a Presidência em 2016.

É impossível compreender a radicalização americana sem a inserir neste diálogo de extremos. A direita radical contemporânea não teria adquirido a força que hoje tem sem a acumulação de problemas sociais profundos (cf. Turchin, 2024), sem as tensões produzidas por uma nação em rápida transformação demográfica (Pape et al., 2024, pp. 329-339), nem sem a percepção de declínio relativo dos EUA no sistema internacional. Mas estes fatores, por si só, não bastam. A direita radical também se alimentou da existência de uma esquerda radical que lhe forneceu adversário, linguagem de mobilização e justificação política.

DONALD TRUMP, OU O PRIMEIRO PRESIDENTE PÓS-LIBERAL DA AMÉRICA

Como foi referido acima, a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2016 não foi acidental. Deve ser entendida como o resultado de uma América profundamente polarizada, desconfiada das suas instituições e cada vez mais hostil à sua classe política. Na expressiva formulação de Peter Turchin, «Trump foi como um barquinho apanhado na crista de uma poderosa onda gigante» (Turchin, 2024). A sua primeira candidatura assentou em duas características distintas, embora centrais: o popu-

A VITÓRIA DE DONALD TRUMP NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2016 NÃO FOI ACIDENTAL. DEVE SER ENTENDIDA COMO O RESULTADO DE UMA AMÉRICA PROFUNDAMENTE POLARIZADA, DESCONFIADA DAS SUAS INSTITUIÇÕES E CADA VEZ MAIS HOSTIL À SUA CLASSE POLÍTICA.

lismo e o carisma, termos que não significam o mesmo. O populismo é, sobretudo, um método e não uma ideologia: o populista parte do princípio de que a sua legitimidade reside na sua capacidade de interpretar os «sentimentos do povo» e que, munido dessa percepção, está nas melhores condições para desafiar as elites corruptas e as instituições decadentes (Mudde & Kaltwasser, 2017; Müller, 2016). Contudo, o populismo só funciona se o país, e, eventualmente, a democracia, estiverem em crise e se o populista for, simultaneamente, um «líder carismático» à maneira weberiana⁹.

Ainda assim, o primeiro mandato de Trump não trouxe mudanças estruturais significativas. Apesar das ameaças e dos receios que suscitou junto dos aliados tradicionais, o populismo e o carisma de Trump não passaram de meras palavras. No entanto, o desfecho não foi inócuo: o ataque ao Capitólio, a 6 de janeiro de 2021, constituiu a primeira tentativa contemporânea de subverter um resultado eleitoral nos

EUA. As instituições resistiram, mas ficou um rasto de violência política que persiste até hoje (Pape, 2023), e a possibilidade de os EUA deixarem de ser uma democracia tornou-se objeto de debate académico (Levitsky & Ziblatt, 2018).

Já nesta época, Trump começou a ser comparado com Barry Goldwater, candidato republicano taxativamente derrotado em 1964¹⁰. Ficou para a história do Partido Republicano como o homem que abriu caminho ao «fusionismo conservador de Ronald Reagan» (Judis, 1988, p. 147). No entanto, esta interpretação foi revista, dado Goldwater ser atualmente considerado um precursor de um populismo carismático associado a um radicalismo reacionário, que só tem paralelo em Donald Trump (cf. Field, 2025, p. 42). Entre ambos, a corrente manteve-se viva no Partido Republicano, ainda que minoritária; Pat Buchanan, candidato presidencial em 1992, 1996 e 2000, é o exemplo mais claro de reacionarismo anti-imigração e «pró-civilização americana», que prefigurou o movimento Make America Great Again (MAGA).

A reeleição de 2024 apresenta um Donald Trump com uma nova coligação de apoiantes. Há vários grupos dispersos, mas três sobressaem, e os seus membros sobrepõem-se: os pós-liberais (cf. Deneen, 2023; Vermeule, 2022), de que o Vice-Presidente JD Vance faz parte; os nacionalistas conservadores (cf. Hazony, 2022); e os nacionalistas cristãos (cf. Field, 2025; Ganz, 2025; Stewart, 2021). Estes grupos não partilham as mesmas ideias, mas têm duas em comum, ambas muito fortes. A primeira é uma repulsa profunda pela esquerda quer liberal quer radical, vista como um inimigo mortal do Partido Republicano e dos EUA, e a necessidade imperiosa de remover essas elites e substituí-las por adeptos das suas próprias ideologias. De facto, Laura Field caracteriza a ala intelectual do MAGA como uma corrente ideológica (Field, 2025, p. 21). A segunda ideia comum é o sentimento anti-imigração. Trata-se de um nacionalismo assente na rejeição do outro, em que a imigração é apresentada como ameaça civilizacional. Nas suas versões mais extremas, este discurso aproxima-se da teoria da «grande substituição», formulada por Renaud Camus (2011) e importada de França, segundo a qual as populações nativas estariam a ser progressivamente substituídas por imigrantes. Esta

A COLIGAÇÃO QUE APOIA TRUMP NÃO QUER MENOS DO QUE UMA MUDANÇA INSTITUCIONAL, POLÍTICA E ATÉ CONSTITUCIONAL QUE LHE PERMITA UNIFORMIZAR A POPULAÇÃO AMERICANA EM TORNO DO QUE CONSIDERA SEREM OS VALORES AMERICANOS TELÚRICOS E NATIVISTAS.

narrativa – considerada por muitos apenas como uma teoria da conspiração – tornou-se uma das principais colas ideológicas da direita radical a nível internacional¹¹.

A coligação que apoia Trump não quer menos do que uma mudança institucional, política e até constitucional que lhe permita uniformizar a população americana em torno do que considera serem os valores

americanos telúricos e nativistas. São valores associados à pré-modernidade, quando a humanidade ainda não tinha perdido o Deus comum do cristianismo (cf. Dreher, 2018). O mundo é visto nas suas «unidades naturais»: família tradicional, comunidade

local, nação e religião (Lasch, 1995, p. 92). Daqui resulta uma hostilidade pouco explícita, mas estruturante ao nível estadual, sendo este considerado como um obstáculo à adesão universal a esses valores, e daqui resulta também que estes programas não estejam particularmente preocupados com a liberdade dos cidadãos.

O modelo de referência é, em boa medida, húngaro. Balázs Orbán, conselheiro de Viktor Orbán, defendeu em *The Hungarian way of strategy* que cabe aos líderes reconstituir os símbolos identitários e a memória coletiva da nação, amplificando-os até renascer o orgulho de pertencer (Orbán, 2021). É isso que a direita reacionária americana procura nos símbolos da fundação dos EUA, contornando o problema, que para a maioria de nós seria intransponível, de os Pais Fundadores terem sido, eles próprios, criadores de um projeto liberal que a História se encarrega agora de reescrever.

A América ideológica está em transformação. Enquanto alguns defendem a diversidade radical e novos direitos para as minorias, outros procuram garantir que os «nativos», um termo altamente controverso quando associado à América, permaneçam como força política dominante, regressando a um período pré-liberal em que acreditam que a América pura deveria permanecer, sem nunca ter deixado de o ser¹².

NOTAS FINAIS: A AMÉRICA MORREU, VIVA A AMÉRICA?

Ao chegar ao termo deste percurso, importa recolher os fios que se foram entrelaçando e propor uma leitura genealógica do momento pós-liberal americano. O que aqui se descreveu não foi a vitória de um extremo sobre o outro, mas a erosão do centro – e a forma como essa erosão foi simultaneamente causa e consequência de uma radicalização cruzada, em que esquerda e direita se constituíram mutuamente como inimigos existenciais, alimentando-se das suas próprias caricaturas.

A genealogia desta radicalização é, antes de mais, a história de duas patologias do liberalismo. À esquerda, o que se assistiu foi à transformação da crítica liberal, que foi historicamente um mecanismo de autocorreção, de alargamento de direitos e de inclusão, numa crítica do próprio liberalismo. Os herdeiros intelectuais do pós-modernismo francês, ao desconstruírem as «metanarrativas» ocidentais como dispositivos de opressão, abriram caminho a um pensamento que deixou de procurar a emancipação dentro do quadro liberal para passar a procurar substituí-lo. O liberalismo cívico e político foi sendo reconfigurado como cúmplice da opressão que dizia combater. No seu lugar, instalou-se um autoritarismo moral que dispensa as liberdades em nome de uma justiça reparadora, e que distribui as categorias de «vítima» e de «opressor» por nascimento, não por convicção ou ação. Os «hiperliberais» de John Gray são, neste sentido, o produto de um liberalismo que se radicalizou contra si próprio. Ao levar tão longe a lógica da emancipação, acabou por dispensar as condições liberais do pluralismo, da tolerância e da liberdade de expressão que a tornavam possível.

À direita, a genealogia é simétrica, mas distinta. Aqui, a radicalização não nasce de uma crítica interna ao liberalismo, mas da sua sobre-extensão. O triunfalismo pós-

-Guerra Fria, o «neowilsonianismo», a globalização desregulada, as guerras de exportação democrática e a fé quase teológica na interdependência económica descredibilizaram o liberalismo aos olhos de largas faixas da população americana, que se viram simultaneamente despromovidas economicamente e deslegitimadas culturalmente. O vazio então aberto não permaneceu assim por muito tempo. Foi preenchido por uma coligação de pós-liberais, nacionalistas conservadores e nacionalistas cristãos, unidos pela convicção de que o projeto liberal, desde os Pais Fundadores ao consenso bipartidário do século XX, precisa de ser profundamente reescrito. A defesa de «unidades naturais» (família, comunidade, nação, religião), a nostalgia pré-moderna, o nativismo e, nas suas formas mais extremas, o nacionalismo branco, são as expressões desta mudança. O que começou como crítica legítima aos excessos do liberalismo internacionalista degenerou numa rejeição do liberalismo enquanto tal.

O que torna o momento atual particularmente vertiginoso é precisamente a constatação de que estas duas radicalizações não são fenómenos paralelos, mas se alimentam entre si. A esquerda radical não teria o terreno que tem se não houvesse uma direita que valida o seu diagnóstico de uma América estruturalmente racista, patriarcal e excludente. A direita radical não teria esta base eleitoral se não houvesse uma esquerda que empurrou para os braços do trumpismo eleitores naturalmente centristas. Cada lado precisa da existência do outro para se legitimar, mobilizar e apresentar a sua agenda maximalista como mera resposta defensiva.

Donald Trump é, neste enquadramento, simultaneamente sinal e acelerador. Sinal, porque a sua eleição em 2016 e a sua reeleição em 2024 não são acidentes da história nem produtos exclusivos do seu carisma populista: são sintomas de uma transformação ideológica profunda que vinha a desenhar-se desde Goldwater, passando por Gingrich e pelo Tea Party, e cuja maturação coincide com a erosão do liberalismo do pós-Guerra Fria. Acelerador, porque o segundo mandato, ao contrário do primeiro, chega rodeado de uma coligação intelectual e política com uma agenda de substituição das elites e do regime, e que se serve da Presidência para concentrar poder, capturar instituições e reescrever a relação entre executivo, estados e sociedade civil. Trump é a sua personificação política mais visível desta dinâmica.

Encerramos, portanto, com mais perguntas do que respostas, o que é apropriado num momento histórico em que as certezas do passado se desfizeram e as do futuro ainda não tomaram forma. Talvez a América liberal tenha de facto morrido, no sentido em que a conhecemos. Mas a história americana é, como recordámos no início, uma história feita de polarizações profundas seguidas de reinvenções igualmente profundas. Se a terceira grande polarização produzirá uma nova síntese pós-liberal, ou se conduzirá a uma fratura mais duradoura, é uma questão que só os próximos anos permitirão responder. 

Data de receção: 30 de abril de 2026 | Data de aprovação: 29 de maio de 2026

Madalena Meyer Resende Investigadora no IPRI-NOVA, é professora associada de Relações Internacionais na NOVA FCSH e especialista em política europeia, nacionalismo e relações entre religião e política. Tem publicado extensivamente sobre nacionalismo, catolicismo e democracia no sul e no leste da Europa. Foi presidente da

Associação Portuguesa de Ciência Política e vice-presidente da International Political Science Association.

> Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – NOVA FCSH, Colégio Almada Negreiros, 1099-085 Lisboa, Portugal | madalena.resende@fcsb.unl.pt | <https://orcid.org/0000-0001-9521-245X>

Diana Soller Investigadora no IPRI-NOVA e doutoranda em Ciência Política e Estudos Internacionais na Universidade de Miami, onde foi bolsista Fulbright. Foi assessora de estudos no Instituto da Defesa Nacional, é comentadora de política internacional na CNN Portugal e membro do European Council on Foreign Relations.

Tem publicado sobre ordem internacional, política externa das democracias e o papel das potências emergentes.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º D.º, 1000-155 Lisboa, Portugal. dsolleripri@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-1587-7502>

NOTAS

¹ As autoras utilizaram ferramentas de inteligência artificial generativa, nomeadamente Claude Anthropic, exclusivamente para apoio à revisão linguística e estilística do texto, com o objetivo de melhorar a fluidez, a clareza e a correção formal da redação. O conteúdo, a argumentação, a seleção bibliográfica e a interpretação académica são da inteira responsabilidade das autoras.

² Lilla, 2025.

³ Luce, 2017, p. 14.

⁴ Ken Jowitt argumentou que o renascimento do nacionalismo surgiu como forma de substituição do leninismo extinto.

⁵ Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres das autoras.

⁶ O argumento de que a esquerda radical ou os «hiperliberais» como os chama John Gray também dominam o panorama político norte-americano pode parecer contraintuitivo, tendo em conta a posição de poder em governo unificado da direita «trumpista». Explicamos mais detalhadamente ao longo do texto.

⁷ Esta consideração contraria os números, mas o abandono da classe trabalhadora pelas

minorias baseada na perceção do alargamento da classe média foi real.

⁸ Para perceber o pensamento de Ronald Reagan e a direita americana *mainstream* dos anos 1960 a 1980 vale a pena ler a recente biografia de William F. Buckley (Tanenhaus, 2025).

⁹ Para Max Weber, a «autoridade carismática» tem duas vias: uma é o magnetismo pessoal do líder, mas uma segunda é a mensagem. Um líder carismático só o é se estiver a dizer à população aquilo que a população quer ouvir – mesmo que não seja a verdade. A validação do carisma não está no próprio. Está em quem o ouve e em quem lhe dá a confiança necessária para liderar.

¹⁰ Não deixa de ser interessante que o próprio Barry Goldwater se tenha sentido impelido a escrever sobre a sua derrota justificando-a com o facto de a maioria dos americanos não estarem preparados para as suas palavras duras, especialmente no que diz respeito ao anticomunismo. Goldwater deixa-se da inação dos seus contemporâneos os quais, convencidos de que não podem vencer a Guerra Fria, se acomodaram e acomodaram a União Soviética. Daí a comparação relativamente comum entre Barry Goldwater e Ronald Reagan, que teve um

papel muito importante – também – pela sua capacidade de convencer os seus compatriotas de que era possível vencer o conflito (cf. Goldwater, 1964).

¹¹ A «grande substituição» é uma teoria, que a maioria considera conspirativa, em que os seus proponentes acreditam que a imigração excessiva bem como os números da natalidade dos imigrantes, superiores aos dos nativos, provocarão uma substituição da população no sentido em que os imigrantes tenderão a ser uma maioria. O primeiro texto – que cunhou o conceito – é de Renaud Camus (Camus, 2011). Se dúvidas houvesse, a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América reflete esta tese quando diz que alguns países europeus, como os conhecemos, não vão existir daqui a vinte anos, a menos que os governos tenham uma nova posição em relação à imigração (The White House, 2025).

¹² Tal como defendeu JD Vance no seu discurso de aceitação na Convenção Republicana em Milwaukee. Cf. The American Presidency Project (consultado em 14 de maio de 2026). <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-accepting-the-vice-presidential-nomination-the-republican-national-convention-2>.

BIBLIOGRAFIA

- Buchanan, P. J. (2001). *The death of the West: How dying populations and immigrant invasions imperil our country and civilization*. Thomas Dunne Books.
- Buzan, B., & Lawson, G. (2015). *The great transformation: History, modernity and the making of international relations*. Cambridge University Press.
- Camus, R. (2011). *Le grand remplacement: La destruction des européens et d'Europe*. Chez l'auteur.
- Collier, P. (2009). *Wars, guns and votes: Democracy in dangerous places*. HarperCollins.
- Deneen, P. J. (2023). *Regime change: Toward a postliberal future*. Sentinel.
- Desch, M. (2008). *Power and military effectiveness: The fallacy of democratic triumphalism*. Johns Hopkins University Press.
- Dreher, R. (2018). *The Benedict option: A strategy for Christians in a post-Christian nation*. Penguin Publishing Group.
- Field, L. K. (2025). *Furious minds: The making of MAGA new right*. Princeton University Press.
- Fukuyama, F. (1999). *O fim da história e o último homem*. Gradiva.
- Fukuyama, F. (2018). *Identidades: A exigência de dignidade e a política do ressentimento*. Dom Quixote.
- Ganz, J. (2025). *When the clock broke: Con men, conspiracists, and the origins of Trumpism*. Picador.
- Goldman, S. (2021). *After nationalism: Being American in the age of division*. University of Pennsylvania Press.
- Goldwater, B. (1964). *Porque não vencemos?*. Editorial Aster.
- Gray, J. (2024). *The new leviathans: Thoughts after liberalism*. Penguin Random House.
- Hazon, Y. (2022). *Conservatism: A rediscovery*. Regnery Gateway.
- Hilton, A. (2021). *True blues: The contentious transformation of the Democratic Party*. University of Pennsylvania Press.
- Hochschild, A. R. (2016). *Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right*. The New Press.
- Hurrell, A. (2008). *On global order: Power, values and the constitution of international society*. Oxford University Press.
- Ikenberry, G. J., Mastanduno, M., & Wohlforth, W. C. (2009). Unipolarity, state behavior, and systemic consequences. *World Politics*, 61(1), 1-27.
- Jowitt, K. (1992). *New world disorder: The Leninist extinction*. University of California Press.
- Judis, J. B. (1988). *William F. Buckley, Jr.: Patron saint of the conservatives*. Simon & Schuster.
- Kagan, R. (2008). *The return of history and the end of dreams*. Atlantic.
- Kaplan, R. D. (2025). *Waste land: A world in permanent crisis*. C. Hurst and Co.
- Lasch, C. (1995). *The revolt of the elites and the betrayal of democracy*. W. W. Norton.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die*. Crown.
- Lilla, M. (2025). Storm warnings. *The New York Review of Books*. <https://www.nybooks.com/articles/2025/11/06/storm-warnings-when-the-clock-broke-furious-minds/>
- Lind, M. (2020). *The new class war: Saving democracy from the managerial elite*. Portfolio Penguin.
- Luce, E. (2017). *The retreat of Western liberalism*. Little, Brown.
- Lukianoff, G., & Schlott, R. (2023). *The canceling of the American mind: Cancel culture undermines trust and threatens us all*. Simon & Schuster Paperbacks.
- Mahbubani, K. (2002). *Can Asians think? Understanding the divide between East and West*. Steerforth.
- Mason, L. (2018). *Uncivil agreement: How politics became our identity*. University of Chicago Press.
- Mead, W. R. (2002). *Special providence: American foreign policy and how it changed the world*. Routledge.
- Mead, W. R. (2007). *God and gold: Britain, America and the making of the modern world*. Alfred A. Knopf.
- Mead, W. R. (2008). *God and gold: Britain, America and the making of the modern world*. Random House.
- Mounk, Y. (2023). *The identity trap: A story of ideas and power in our time*. Penguin Random House.
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. Rovira (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Müller, J.-W. (2016). *What is populism?*. University of Pennsylvania Press.
- Orbán, B. (2021). *The Hungarian way of strategy*. MCC Press.
- Ostrovsky, A. (2017). *The invention of Russia: The rise of Putin and the age of fake news*. Penguin Books.
- Pape, R. A. (2023, outubro 5). *Will political violence destroy our democracy?*. Big Brains Podcast, UChicago News. <https://news.uchicago.edu/will-political-violence-destroy-our-democracy>
- Pape, R. A., Larson, K. D., & Ruby, K. G. (2024). The political geography of January 6 insurrectionists. *PS: Political Science & Politics*, 57, 329-339.
- Paris, R. (2004). *At war's end: Building peace after civil conflict*. Cambridge University Press.
- Porter, P. (2020). *The false promise of liberal order: Nostalgia, delusion and the rise of Trump*. Polity Press.
- Richardson, H. C. (2013). *To make men free: A history of the Republican Party*. Basic Books.
- Said, E. W. (1978). *Orientalism*. Pantheon Books.
- Sandel, M. J. (2021). *The tyranny of merit: What became of the common good?*. Penguin Books.
- Schlozman, D., & Rosenfeld, S. (2024). *The hollow parties: The many pasts and disordered present of American politics*. Princeton University Press.
- Skocpol, T., & Williamson, V. (2013). *The Tea Party and the remaking of Republican conservatism*. Oxford University Press.
- Smith, T. (2017). *Why Wilsonianism matters: The origins of American liberal internationalism and its crisis today*. Princeton University Press.
- Stewart, K. (2021). *The power worshippers: Inside the dangerous rise of religious nationalism*. Bloomsbury Publishing.
- Tanenhause, S. (2025). *Buckley: The life and revolution that changed America*. Random House.
- Tenorio, R. (2023, agosto 12). The year that broke US politics: What 1968 can tell us about 2024. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/books/2023/aug/12/the-year-that-broke-politics-1968-johnson-nixon-wallace-kennedy>
- The American Presidency Project (consultado em 14 de maio de 2026). <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-accepting-the-vice-presidential-nomination-the-republican-national-convention-2>
- The White House (2025). *National Security Strategy of the United States of America*. The White House. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>
- Turchin, P. (2024). *End times*. Penguin Random House.
- Vermeule, A. (2022). *Common good constitutionalism*. Polity.
- Walzer, M. (2015). *The paradox of liberation: Secular revolutions and religious counter-revolutions*. Yale University Press.
- Zweig, S. (2014). *O mundo de ontem: Recordações de um europeu*. Assírio & Alvim.